



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Diretoria de Recursos Humanos

Secretaria de Gestão de Pessoas

Seleção Pública para Estagiários de Cursos Superiores

CADERNO DE PROVA

Dia: 25 de outubro de 2009.

Prova: Biblioteconomia

Prezado Candidato, seja bem vindo.

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

Boa Sorte!

A Comissão.

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

ASSINATURA: _____

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

A consagração dos direitos do homem e do cidadão

A cidadania é um processo em constante construção, que teve origem historicamente com o surgimento dos direitos civis, no decorrer do século XVIII – chamado Século das Luzes–, sob a forma de direitos de liberdade, mais precisamente, a liberdade de ir e vir, de pensamento, de religião, da reunião, pessoal e econômica, rompendo-se com o feudalismo medieval na busca da participação na sociedade. A concepção moderna de cidadania surge então, quando a ruptura com o *Ancien Régime*, em virtude de ser ela incompatível com os privilégios mantidos pelas classes dominantes, passando o ser humano a deter o status de “cidadão”.

O conceito de cidadania, entretanto, tem sido frequentemente apresentado de uma forma vaga e imprecisa. Uns identificam-na com a perda ou aquisição de nacionalidade, outros, com os direitos políticos de votar e ser votado. No Direito Constitucional, aparece o conceito, comumente relacionado à nacionalidade, aos direitos políticos. Já na Teoria Geral do Estado, aparece ligado ao elemento povo como integrante do conceito de Estado. Dessa forma, fácil perceber que, no discurso político dominante, a cidadania não apresenta um estatuto próprio pois na medida em que se relaciona a estes três elementos (nacionalidade, direitos políticos e povo), apresenta-se como algo ainda indefinido.

A famosa *Déclaration des Droits de l'homme et du Citoyen*, de 1789, sob a influência do discurso burguês, cindiu os direitos do “homem” e do “cidadão”, passando a expressão Direitos do Cidadão significar o conjunto dos direitos políticos de votar e ser votado, como institutos essenciais à democracia representativa.

[...]

A idéia de cidadão, que, na antiguidade clássica, cotava o habitante da cidade –o cidadão– firma-se, então como querendo significar aquele indivíduo a quem se atribuem os direitos políticos, quer dizer, o direito de participar ativamente na vida política do Estado, onde vive. Na carta de 1824, por exemplo, falava-se nos arts. 6º e 7º, em cidadãos brasileiros como querendo significar o nacional, ao passo que nos arts. 90 e 91 o termo cidadão aparece designando aquele que pode votar e ser votado. Estes últimos eram chamados de cidadãos ativos, posto que gozavam de direitos políticos. Aqueles, por sua vez, pertenciam à classe dos cidadãos inativos, destituídos dos direitos de eleger e ser eleito. Faziam parte, nas palavras de José Afonso da Silva, de uma “cidadania amorfa”, posto que

abstratos e alheios a toda uma realidade sociológica, sem referência política.

[...]

Esta idéia, entretanto, vai sendo gradativamente modificada, quando do início do processo de internacionalização dos direitos humanos, iniciado com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Passa-se a considerar como cidadãos, a partir daí, não somente aqueles detentores dos direitos civis e políticos, mas todos aqueles que habitam o âmbito da soberania de um Estado e deste Estado recebem uma carga de direitos (civis, econômicos e culturais) e também deveres, dos mais variados.

[...]

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto> acessado em:31/8/09

Para responder às questões, observe o texto:

1. Atente para as seguintes afirmações:

- I- O Século das Luzes, a que se refere o texto, serviu como um renascer para a humanidade no que condiz à ciência, às artes, e às letras.
- II- Pelo contexto, infere-se que houve, em relação ao medievalismo, uma ruptura, quando então no século XVIII, adveio o conceito de cidadania.
- III- No referido século, o homem passou a ser valorizado em sentido amplo, tendo sido disseminadas todas as diferenças sociais até então existentes.
- IV- Com a burguesia reinando no século XVIII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão passou a reunir tais direitos em um conceito individualizante.
- V- Enfocando-se os direitos do cidadão, à luz da burguesia, como conjunto de direitos políticos de votar e ser votado surgem princípios essenciais de uma democracia representativa.

Estão corretas apenas as afirmações da alternativa:

- a) I, II, III IV e V
- b) I, II, III e IV
- c) I, II, IV e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

2. Considere as alternativas abaixo:

- I- A primeira manifestação de cidadania está inclusa na base no conceito de democracia representativa.
- II- No início do Estado Liberal, a idéia de cidadania era reduzida, pelo discurso jurídico, ao conjunto dos que adquiriam os direitos políticos.

- III- Por cidadãos ativos, na carta de 1824, eram considerados somente aqueles que podiam votar, omitindo-se estes, no entanto, a emitir juízos de valor.
- IV- Os cidadãos inativos eram os que integravam uma realidade sociológica, atuando moderadamente com direitos assegurados, sobretudo de serem eleitos.
- V- Apenas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos é que se amplia o conceito de cidadão, passando a ser não apenas os habitantes de um Estado, mas possuidores de direitos e de deveres.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e V
- c) I, III e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

3. Em relação ao texto:

- I- Todo o texto gira em torno de um mesmo tema, em uma abordagem histórica bem construída.
- II- Infere-se que a evolução do termo cidadania vem em um crescendo desde a antiguidade clássica até o século XX.
- III- Sempre o conceito de cidadão suscitou dúvidas, pois houve uma cisão entre a duplicidade de enfoque para “homem” e para “cidadão”.
- IV- O texto evoca momentos da Revolução Francesa, não apenas em relação à data, mas também pelos indícios da ascensão da burguesia ao poder.
- V- Em “Firme-se, então...” e “... a quem se atribuem os...” os vocábulos sublinhados possuem valores semânticos, sintáticos e morfológicos díspares, no entanto ambos são exemplos de ênclise.

Estão corretas apenas as alternativas do item:

- a) I, II, III e V
- b) II, III e V
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e IV

4. Todas as alternativas estão corretas quanto ao texto, à exceção de:

- a) A variedade lingüística empregada é a formal por seguir as normas fonéticas, morfológicas e sintáticas, havendo predominância de conotação.

- b) Trata-se de um texto incluso no tipo dissertativo expositivo, em que há abordagens intertextualizadas.
- c) Em relação aos sinais de pontuação, inexistem falhas, inclusive quanto ao emprego de travessões e de reticências.
- d) “Esta idéia...”, o termo sublinhado retoma o que foi estipulado no parágrafo anterior, sendo elemento coesivo bem empregado, constituindo uma retomada pronominal.
- e) “Os direitos do “homem” e do “cidadão”...”, pluralizando –se os termos sublinhados e pondo-os no feminino, existe apenas uma possibilidade de fazê-lo, seguindo as normas gramaticais: “ Os direitos das” mulheres” e das “cidadãs”...”.

5. Existe falha em uma das alternativas, assinale-a:

- a) “...cindiou os direitos do “homem”...”, transformando-se em...”separou os direitos do “homem”...” o sentido não será alterado..
- b) No primeiro parágrafo, há exemplo do chamado presente histórico, por haver uma abordagem passada com elementos verbais no presente.
- c) Em “...ao passo que a expressão “Direitos do Cidadão significaria...” existe um elemento coesivo que possui uma relação de concessão.
- d) No terceiro parágrafo, existem elementos verbais, indicativos de ação completa, incompleta e ainda hipotética.
- e) Em”...levando-se em conta a sua visão...”, há uma forma verbal chamada nominal e um termo com valor restritivo e de posse.

TEXTO 2

O desafio da inclusão social no Brasil

Até há pouco tempo, o debate sobre a inclusão social, sobre combate à pobreza e à fome, era tema circunscrito e as iniciativas na área, praticamente exclusividade dos movimentos sociais. Felizmente, o cenário mudou porque o tema envolve as mais diferentes esferas governamentais e não governamentais e, principalmente, é questão central e objeto de política pública do governo federal. Se antes a sociedade civil se organizava como podia para implementar, graças aos homens e mulheres de boa vontade desse país, ações de apoio à população carente, hoje contam com a coordenação do Estado que assume o compromisso de formulação de políticas para o setor e, democraticamente, busca na sociedade o apoio para formulação de parcerias estratégicas e duradouras.

Não há como ser diferente. A sociedade tem e sempre teve um papel fundamental nas conquistas sociais da nossa gente. A própria incorporação das políticas de inclusão social como prioridade de governo é resultado da mobilização e organização da sociedade que definiu sua opção pela promoção dos mais pobres e isso está expresso na Constituição Federal de 1988. Graças a isso, podemos construir hoje uma rede de proteção social com base em políticas normatizadas. A solidariedade social, historicamente, é anunciadora do bem comum. Entretanto devemos ter sempre em vista que a parceria do Estado com a sociedade tem de apontar na linha de políticas públicas e buscar ações continuadas.

[...]

Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto pensando na dimensão que assume a questão de inclusão nos dias de hoje. Que tipo de exclusão enfrentamos? A exclusão econômica e social deve ser compreendida como a face mais conhecida de uma situação que tem outros desdobramentos – temos a exclusão cultural, do saber, o problema de desenraizamento, a quebra de vínculos familiares e comunitários, a perda de referências a partir da quebra de um paradigma social. Compreender essa multiplicidade do problema é o primeiro passo para que possamos compreender a dimensão de nosso campo de ação, reconhecendo nossas possibilidades, nossas responsabilidades de nossos desafios.

[...]

Anannias, Petrus . mds.gov.br acessado em: 01/09/09

6. Considere as afirmações abaixo:

- I- Observando o texto 1 e comparando-se com o 2, podemos inferir que este parece dar continuidade ao exposto naquele, pois existe uma abordagem em que se buscam dirimir as diferenças.
- II- O problema de inclusão social é um desafio que vem sendo enfrentado por alguns setores governamentais.
- III- Com a Constituição de 1988, o setor social adquiriu maior enfoque, daí haver hoje uma rede de proteção social, embasada em políticas legais.
- IV- Existe uma inferência de se objetivar sempre uma ação continuada em relação às políticas públicas inclusivas sempre em parceria Estado com a sociedade.
- V- A política inclusiva objetiva geração de trabalho e renda, estímulo ao cooperativismo e demais políticas que visem à independência do indivíduo.

Apenas estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III
- b) II, III, IV e V
- c) I, II, III, IV e V
- d) II, III e IV
- e) I, III e V

7. “Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto...” Observe a forma verbal sublinhada e identifique a única alternativa em que a flexão de idêntico modo é inadequada:

- a) Os jovens vivem a sorrir porque sentem o fervilhar, a expressão, o vigor dos verdes anos.
- b) Às vezes, algumas pessoas que se dizem filantropos, parecem apenas viverem de explorar indivíduos em seus tugúrios.
- c) Muitas crianças as vimos crescer em sabedoria e em beleza até o presente, dignificando seus vínculos familiares.
- d) Para muitos viverem bem, seria necessária uma visão altruísta da existência a fim de se firmarem em seus ideais.
- e) Deixá-los-emos comprar apenas o imprescindível para suas premências alimentares e higiênicas.

8. Identifique a alternativa em que a justificativa sobre o explicitado esteja incorreta:

- a) Em “...combate à pobreza e à fome...” o acento indicativo de crase foi posto pela mesma razão do existente em “ A adequação à vida é uma questão de saber ultrapassar obstáculos.”
- b) “Não há como ser diferente.” O verbo “Haver” possui idêntico sentido na oração: “Há muito tempo que vivemos em uma fuga constante de nosso ego.”
- c) “...com a coordenação do Estado que assume...” pondo-se “coordenadores” em vez de “coordenação” e “quem “ em lugar de “que”, ter-se-ão duas possibilidades de concordância “ quem assume” e “ quem assumem”.
- d) “...organizava como podia...” trocando-se “como” por “ conforme” não há nenhuma alteração de sentido.
- e) Pode-se afirmar que o texto é dissertativo e injuntivo, uma vez que nos incita a encetarmos um trabalho em uma ação conjunta, objetivando aumentar o índice de inclusão social.

PROVA: CONHECIMENTOS GERAIS

9. A sigla BRIC encontra-se cada vez mais presente nos meios de comunicações da atualidade, ela refere-se a quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China que ganham influência econômica e política no mundo de hoje. Sobre os mesmos não é válido afirmar:

- a) São consideradas economias emergentes e também são chamados de novos países industrializados.
- b) Suas economias recebem fortes investimentos externos e já apresentam considerável industrialização.
- c) São bastante semelhantes em aspectos como: mão de obra abundante e significativas reservas de recursos naturais.
- d) São estruturas tecnológicas avançadas que têm superado os produtores tradicionais de tecnologia.
- e) Esses países apresentam uma expansão econômica, convivendo com estruturas sociais econômicas arcaicas e com o agravamento das condições de vida nas suas cidades.

10. As notícias da imprensa têm feito insistentes referências à camada do pré-sal, gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, existente na costa brasileira. Sobre a localização desta importante região, assinale a alternativa correta:

- a) Região litorânea situada entre os estados de Santa Catarina e o Espírito Santo.
- b) Região litorânea situada entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará.
- c) Região litorânea situada entre os estados da Bahia e Rio de Janeiro.
- d) Toda bacia litorânea brasileira.
- e) Região litorânea entre Rio Grande do Sul e Bahia

11. Falar de ética é algo cada vez mais obrigatório no mundo globalizado de hoje. Quando assistimos à sociedade dilacerada, por ações cada vez mais violentas expressas na corrupção política, assassinatos hediondos, agressões ao meio ambiente, uso de drogas, que apontam para a destruição do ser humano, cada vez mais sentimos a necessidade de nos refugiarmos em ideais éticos. Em função do que acontece de desastroso, a humanidade precisa ter suas condutas orientadas por normas e princípios que levem em conta o homem, a sociedade e o planeta. Por isso, assinale a alternativa

correta que representa uma reflexão compatível sobre a questão ética:

- a) O homem é um ser plenamente biológico e a cultura é um fenômeno que só se verifica nos dias de hoje e nas sociedades mais complexas.
- b) A ética é uma preocupação da ciência filosófica e reflete sobre as questões de natureza religiosa.
- c) O homem é um ser cultural, mas só se realiza exercendo plenamente todas as suas faculdades físicas e biológicas.
- d) Ética caminha, nos dias atuais, paralelamente ao conceito de cidadania. Ela pensa o conjunto de virtudes como necessidade humana e como fenômeno cultural, isso porque o ser humano se realiza plenamente pela cultura e na cultura.
- e) A ética consiste num conjunto de ações indispensáveis à reprodução biológica do homem e exprime, principalmente, as questões das relações homem e natureza.

12. Cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve atrelado à noção de direitos, mas dentro de uma democracia, a própria definição pressupõe a contrapartida de deveres, isto porque:

- a) Numa coletividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.
- b) O direito de votar, para escolher os governantes e representantes, constitui-se no maior de todos os direitos cívicos.
- c) O direito de proteger o patrimônio comunitário e colaborar com as autoridades é direito inalienável de todo cidadão.
- d) O direito de prover o seu sustento com seu trabalho e respeitar os deveres sociais de outras pessoas é o maior dos direitos do homem.
- e) O direito de educar e proteger nossos semelhantes e proteger a natureza é direito inalienável.

13. **As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes que se seguem apresentadas nas alternativas abaixo, exceto:**
- Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
 - Atendimento integral, priorizando-se as atividades preventivas.
 - Efetiva participação da comunidade através de suas diversas formas de organizações e ações.
 - Ações realizadas por serviços assistenciais organizados pelo Estado.
 - Centralização de ações pelos órgãos da União via Ministério da Saúde.
14. **O artigo 199 da Constituição Brasileira garante, à iniciativa privada, a organização da assistência da saúde, mas sobre sua relação com o sistema público de saúde, assinale a afirmação incorreta**
- As instituições privadas participarão de forma complementar.
 - As instituições privadas participarão do sistema público de saúde mediante contrato de direito público ou convênio.
 - As instituições privadas, com fins lucrativos, não poderão ter acesso a recursos públicos.
 - A Constituição proíbe que empresas de capitais estrangeiros participem na assistência médica no país, salvo em situações previstas em lei.
 - É lícita e livre a participação dos grupos de saúde privados no planejamento das ações públicas de saúde.
15. **A propósito do acesso aos programas de saúde pública pode-se identificar como afirmação incompatível qual letra abaixo?**
- Baseia-se na igualdade e universalidade do atendimento.
 - Todos os cidadãos têm garantia de assistência de saúde, e de forma igual.
 - Para se ter acesso aos serviços de saúde pública, pressupõe que o cidadão tenha feito contribuições.
 - O atendimento público à saúde deve ser gratuito.
 - O atendimento à saúde pública deve ocorrer sem que haja qualquer tipo de contribuição.
16. **A Previdência Social, em seus princípios e diretrizes, assinala que o acesso aos seus planos é universal tendo em vista qual argumento abaixo, a seguir: Assinale a correta.**
- Em qualquer lugar do país se pode ter acesso até mesmo onde não haja condição de um recolhimento efetivo.
 - É universal no sentido de que qualquer pessoa poderá ter acesso, desde que seja contribuinte, dessa forma, ajudando a manter o sistema.
 - É um direito para aqueles que necessitam de uma efetiva contribuição previdenciária face aos problemas de saúde.
 - É universal porque todos os brasileiros de todas as idades são obrigados à contribuição previdenciária.
 - É praticamente mantida pelas contribuições recolhidas dos trabalhadores das grandes empresas.
17. **A previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção pelos motivos que se seguem, exceto:**
- Incapacidade laboral comprovada.
 - Idade avançada e tempo de serviço.
 - Desemprego involuntário do contribuinte.
 - Aqueles dependentes economicamente dos contribuintes.
 - Exclusivamente aqueles com idade superior a 65 anos.
18. **Leia o que se segue e responda à questão: Diz o artigo 205 da Constituição. “A Educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.**
- A partir da leitura da Carta Magna, qual das frases abaixo encontra-se incompatível com o espírito desse artigo constitucional.**
- A educação é um direito de todos e nos permite entender que também visa à qualificação para o trabalho.
 - A educação é dever do Estado, mesmo que a família e a sociedade se omitam de tal obrigação.
 - A educação é, também, obrigação da família e deve ser estimulada pela sociedade.

- d) A educação deve ser uma ação visando ao preparo para a cidadania, aí constando a preparação para o trabalho.
- e) Entende-se que o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre com preparo para a cidadania e a qualificação para o exercício da atividade laboral.

disponibilizar seu acervo à pesquisa, tornando-o acessível ao público em geral.

- III - Funciona como espaço cultural do Poder Judiciário pernambucano na medida em que tem local reservado para exposições de arte e eventos relacionados com cultura.
- IV – Tem função jurisdicional, pois também julga processos de pequeno valor.

19. Pensar a formação do cidadão na sociedade de hoje que apresenta profundas transformações, não pode ignorar a educação voltada para valorização de uma consciência de preservação do meio ambiente e de uma utilização racional das potencialidades da natureza, por isso uma ética atual deve ter como objetivo desenvolver hábitos visando: Assinale a Alternativa inválida.

- a) A compreensão clara da existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas rurais e urbanas.
- b) Estimular uma educação dirigida à possibilidade de aquisição de conhecimentos no sentido dos valores, o interesse pessoal ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.
- c) Estimular novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade a respeito do meio ambiente.
- d) Estimular uma educação voltada para plena utilização das potencialidades da natureza, permitindo uma constante aceleração dos ganhos de produtividade, o grande indicador do desenvolvimento harmonioso, pretendido pela humanidade, sendo esse o caminho que permitirá a preservação do meio ambiente na sua plenitude.
- e) Estimular uma educação de respeito à natureza, utilização na produção econômica de recursos renováveis, utilização de novos materiais e novas formas de tratar e utilizar o lixo.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

21. Sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I - É um órgão do Poder Judiciário.
- II - É um órgão do Poder Legislativo.
- III- É um órgão do Poder Judiciário, porém vinculado ao Poder Executivo.
- IV- Tem sede na cidade do Recife e jurisdição em todo o território estadual.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

22. Ainda sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I – É constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo vedada a reeleição.
- II - Constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo permitida uma reeleição.
- III - A mesa diretora do TJPE, atual, é composta pelos seguintes desembargadores: Des. Jones Figueirêdo Alves – Presidente; Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes Vice-

20. O Memorial da Justiça é o centro de documentação do Poder Judiciário pernambucano. Assim, dentre as alternativas abaixo, quais das afirmativas estão corretas:

- I - O Memorial Integra a Diretoria de Documentação Judiciária, ligada à Secretaria Judiciária, desenvolvendo trabalhos na área de museu e arquivo.
- II- Tem como função principal guardar, preservar, organizar e divulgar a documentação histórica da justiça pernambucana, de modo a

Presidente; Des. José Fernandes de Lemos –
Corregedor Geral.

IV - Possui uma Corte Especial, composta por 15
Desembargadores, onde 8 são os
desembargadores de maior antiguidade e 7
são eleitos pelo Tribunal Pleno do Tribunal de
Justiça de Pernambuco.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

23. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I – Tem como função típica a jurisdicional.
- II – Exerce funções atípicas de natureza executiva.
- III – Jamais poderá exercer funções de natureza legislativa, mesmo que de forma atípica.
- IV – Exerce funções atípicas de natureza legislativa.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

PROVA: BIBLIOTECONOMIA

24. De acordo com a AACR2, a catalogação de regulamentos que regem um único tribunal, considerando a natureza oficial destes documentos, como leis, regulamentos administrativos, devem ter a seguinte entrada:

- a) Brasil. Superior Tribunal de Justiça
Regimento interno do Superior Tribunal de Justiça : incluindo a Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, Brasília : Superior Tribunal de Justiça, 1991. 69 p. ; 21 cm.
- b) Brasil. Superior Tribunal de Justiça
Regimento interno do Superior Tribunal de Justiça : incluindo a Lei n. 8.038. – Brasília, Tribunal de Justiça, 1991. 69 p. ; 21 cm.
- c) Brasil. Superior Tribunal de Justiça
Regimento interno do Superior Tribunal de Justiça : incluindo ... – Brasília : Superior Tribunal de Justiça, 1991.
69 p. ; 21 cm.
- d) Brasil. Superior Tribunal de Justiça
Regimento interno do Superior Tribunal de Justiça : incluindo a Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990 . – Brasília, Superior Tribunal de Justiça, 1991.
69 p. ; 21 cm.
- e) Brasil. Superior Tribunal de Justiça
Regimento interno do Superior Tribunal de Justiça : incluindo a Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990 ... – Brasília : Superior Tribunal de Justiça, 1991.
69 . ; 21 cm.

25. O registro catalográfico completo de um item, apresentado de forma uniforme, podendo incluir a pista de todos os outros cabeçalhos sob os quais o registro é representado no catálogo, refere-se à entrada:

- a) Analítica
- b) Secundária
- c) Preliminar
- d) Principal
- e) Pubordinada

26. Página no início de um item, que traz o título principal e em geral, a indicação de responsabilidade e os dados referentes à sua publicação, é a base para descrição de um item, chamada página:

- a) Inicial
- b) Secundária
- c) De rosto
- d) Elementar
- e) Terciária

27. As referências devem obedecer aos padrões indicados para documento jurídico, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico, em conformidade com a ABNT NBR 6023, os elementos essenciais são:

- a) Jurisdição (ou cabeçalho de entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação.
- b) Título, jurisdição, cabeçalho de entidade, data, numeração e dados da publicação.
- c) Jurisdição, dados da publicação, local, editor e data.
- d) Dados da publicação, local, editor e data.
- e) Jurisdição (ou cabeçalho de entidade, no caso de se tratar de normas), autor, título e assunto.

28. Os documentos de acesso exclusivo, em meio eletrônico, inclui base de dados, listas de discussão, BBS (site), arquivos em disco rígido, programas , conjuntos de programas e mensagens eletrônicas entre outros. São elementos essenciais:

- a) Autor (es), título do serviço ou produto, versão (se houver) e descrição física do meio eletrônico.
- b) Título, Autor (es), título do serviço ou produto, versão (se houver) e descrição física do meio eletrônico.
- c) Descrição física do meio eletrônico, autor e título.
- d) Título do serviço ou produto, versão (se houver) e descrição física do meio eletrônico.
- e) Autor (es), título do serviço ou produto, versão (se houver) e descrição física do meio eletrônico, assunto.

29. Assinale a alternativa correta em relação ao princípio da indexação que, isoladamente, é o mais importante na indexação de assuntos, aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja complementemente, denominado:

- a) Exaustividade
- b) Especificidade
- c) Atinência
- d) Abrangência
- e) Tradução

30. Qual a função que se propõe estabelecer a necessária estrutura organizacional para o funcionamento de uma empresa, assim como a determinação dos recursos necessários ao

- empreendimento, definindo hierarquia e desempenho?**
- Organização
 - Direção
 - Controle
 - Avaliação
 - Planejamento
- 31. A função de maior importância no processo de organização de coleções jurídicas para disponibilização, a qual fornece o verdadeiro suporte para realização das pesquisas documentais a base da pesquisa científica, trata-se de:**
- Circulação
 - Processamento técnico
 - Referência
 - Reprodução
 - Armazenamento
- 32. O gráfico que tem por objetivo retratar as atividades e funções de forma estática, representando grande utilidade por ocasião de uma análise funcional do órgão é:**
- Fluxograma
 - Metaorganograma
 - Funcionograma
 - Graficograma
 - Fluxonograma
- 33. A identificação dos mandatos organizacionais é a descrição do que a unidade de informação deveria fazer em conformidade com as obrigações institucionais estabelecidas nos documentos que formalizam. São eles:**
- Estatutos e regimentos
 - Plano de trabalho
 - Relatórios
 - Atas de reuniões
 - Plano de ação
- 34. A função responsável pela formação e desenvolvimento das coleções que irão compor o acervo, tanto quanto à forma (periódicos, livros, audiovisuais, patentes, cd's, microformas) como quanto ao conteúdo, assuntos de interesse, nível de cobertura desejado, tanto reais quanto virtuais, é a:**
- Seleção
 - Aquisição
 - Doação
 - Desbastamento
 - Permuta
- 35. Um fator importante que influi no desempenho dos sistemas de recuperação da informação é o número de:**
- Pesquisas
 - Pontos de acesso
 - Normas
 - Buscas
 - Traduções
- 36. A ciência jurídica se manifesta por meio de três formas documentais: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. No contexto brasileiro, a documentação jurídica tem sido tratada tematicamente por meio de dois instrumentos principais, são eles:**
- As normas da ABNT e o tesouro
 - O tesouro e a CDD
 - O tesouro e a Classificação Decimal de Direito
 - As normas da ABNT e a CDD
 - A CDU e a CDD
- 37. São conjuntos de princípios expostos nos livros de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre ciência jurídica:**
- Jurisprudência
 - Legislação
 - Medidas provisórias
 - Emendas constitucionais
 - Doutrina
- 38. É a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetem a julgamento da justiça. Marque a alternativa correta que traduz o enunciado acima:**
- Legislação
 - Jurisprudência
 - Doutrina
 - Emenda
 - Ementa
- 39. Marque a opção correta em relação à legislação como assunto, de acordo com sua divisão e estrutura diplomática do texto a seguir:**
- I – Preâmbulo (epígrafe, ementa, autoria, etc.)
II – Texto ou corpo da lei (artigo, caput, incisos, etc.)
III – Fecho (local, data e assinatura)
IV – Lei (complementar, delegada, ordinária)
- I, II e IV estão corretas
 - II, III e IV estão corretas
 - I, II e III estão corretas
 - I, III e IV estão corretas

- e) Todas estão corretas
- 40. Assinale abaixo, a fonte de informação jurídica, principal do direito, entendida como uma norma geral, escrita, coercitiva, que obedece a um rito peculiar de elaboração proveniente do processo legislativo pela entidade competente:**
- a) Acórdão
 - b) Lei
 - c) Portaria
 - d) Relatório técnico
 - e) Plano
- 41. Apresentamos a seguir, o exemplo de uma forma em que se apresenta a informação jurídica:**
- CINTRA et al. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 1996. 364 p.
- De que trata esta forma citada acima?
- a) Deliberação
 - b) Despacho
 - c) Alvará
 - d) Doutrina
 - e) Decreto
- 42. O poder exercido por Ministros e juízes, os quais julgam os conflitos de interesse com base nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica dos Municípios, nas demais leis e nos costumes. São atos publicados pelo poder:**
- a) Legislativo
 - b) Judiciário
 - c) Executivo
 - d) Legislativo Federal
 - e) Judiciário Federal
- 43. O número que os editores atribuem aos livros por eles publicados de modo que cada número corresponda a um e somente um livro, é o:**
- a) ISDN
 - b) ISSN
 - c) ISBN
 - d) ISDS
 - e) INSB
- 44. A sigla ISSN refere-se a:**
- a) Norma Internacional de Descrição Bibliográfica para Publicações e Sinais de Pontuação.
 - b) Norma Internacional de Descrição Bibliográfica para arquivos de computador.
 - c) Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas.
 - d) Norma Internacional para Numeração do Livro e periódicos.
 - e) Número Internacional Normalizado para Controle bibliográfico.
- 45. A exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou de atividades realizadas por autoridade com a finalidade de prestar conta de seus atos à autoridade superior, diz respeito ao:**
- a) Termo de compromisso
 - b) Regulamento
 - c) Relatório
 - d) Requerimento
 - e) Procuração
- 46. Correspondência entre autoridades subalternas delegadas entre si ou com autoridades do reino, tais como secretários de estado, desembargadores, etc., com exceção do rei, a quem sempre é dirigida carta. É um meio de comunicação do serviço público, a respeito de assunto técnico ou administrativo, definido como:**
- a) Memorando
 - b) Aviso
 - c) Decreto
 - d) Ofício
 - e) Atestado
- 47. Segundo Belloto, Certificado, licença ou autorização, dados por autoridade competente, de direitos ou de realização de atos ou eventos, com validade de um ano, ou provisão especial pela qual o juiz autoriza, aprova ou confirma certo ato, estado ou direito, está se referindo ao:**
- a) Auto
 - b) Alvará
 - c) Certidão
 - d) Certificado
 - e) Contrato
- 48. Conjunto de documentos de toda natureza que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou jurídica tenha reunido, automática e organicamente, em razão de suas funções ou de sua atividade, isto é, dele fazem parte os rascunhos e/ou as duplicatas dos documentos expedidos e os originais e/ou cópias de peças recebidas, assim como documentos elaborados, etc., sendo assim caracteriza-se o:**

- a) Arquivo morto
- b) Fundo de arquivo
- c) Arquivo retrospectivo
- d) Fundo de catálogo
- e) Fundo setorial

49. O processo e o resultado da organização de arquivos, documentos e manuscritos de acordo com princípios arquivísticos consagrados, particularmente o da proveniência, respeitando-se os seguintes níveis: arquivo, fundo, grupo ou seção, série, conjunto lógico dentro da série e documento. Este processo refere-se ao:

- a) Movimento
- b) Alfabético
- c) Arranjo
- d) Geográfico
- e) Cronológico

50. É a consciência histórica da administração. Também pode servir relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo. Podem enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular, sem se esquecer do constante reaquecimento de suas relações com os usuários correntes: os pesquisadores, cidadãos comuns ou historiadores. Podemos identificar como:

- a) Boletim
- b) Memorando
- c) Circular
- d) Arquivo
- e) Contrato